



GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO
DE CÚPULAS (GRIC)
Primeira Reunião Ordinária de 2021
16 e 17 de junho de 2021
Virtual



OEA/Ser.E
GRIC/O.1/doc. 58/21
10 junho 2021
Original: espanhol

RESUMO EXECUTIVO

Diálogos Nacionais entre Coordenadores Nacionais de Cúpulas e a
Sociedade Civil e Atores Sociais no Âmbito da Preparação da
Nona Cúpula das Américas

RESUMO EXECUTIVO

Diálogos Nacionais entre Coordenadores Nacionais de Cúpulas e a Sociedade Civil e Atores Sociais no Âmbito da Preparação da Nona Cúpula das Américas

Introdução

A Secretaria de Cúpulas das Américas, em coordenação com o Governo dos Estados Unidos da América como país anfitrião e presidência do Processo de Cúpulas, realizou uma série de PrepTalks e Diálogos Nacionais com a sociedade civil e atores sociais como parte do processo de preparação para a Nona Cúpula das Américas. Tais intercâmbios consistiram em diálogos virtuais entre a sociedade civil e atores sociais com representantes dos governos nacionais entre janeiro e maio de 2021.

Em primeira medida, os PrepTalks ofereceram a oportunidade à sociedade civil e aos atores sociais participantes para gerar uma visão compartilhada e unificada sobre as principais prioridades no âmbito nacional e regional, levando em consideração os documentos conceituais^{1/} apresentados previamente pelo país anfitrião aos Coordenadores Nacionais de Cúpulas. Em particular, estas sessões permitiram aos participantes trocar ideias e reflexões, assim como acordar recomendações que posteriormente foram apresentadas aos Coordenadores Nacionais e demais representantes governamentais nos Diálogos Nacionais.

Os PrepTalks, realizados em 31 países do hemisfério,^{2/} contaram com a participação de mais de 280 representantes da sociedade civil e atores sociais das Américas. No caso dos Diálogos Nacionais, foram realizadas sessões em 17 países^{3/}, contando com a participação de cerca de 270 participantes, e está sendo coordenada a realização de cinco diálogos adicionais.^{4/} A moderação dos Diálogos Nacionais contou com o apoio dos representantes do Fórum Cidadão das Américas (FCA)^{5/},

-
1. Os documentos conceituais foram preparados por atores não governamentais baseados nos Estados Unidos da América e o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC). Mais informações: http://www.summit-americas.org/sirg_meet.html
 2. Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai.
 3. Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Bahamas, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai.
 4. Barbados, Canadá, Jamaica, Santa Lúcia e Venezuela.
 5. O Fórum Cidadão das Américas (FCA) é um exercício de diálogo e constante articulação de organizações da sociedade civil da América Latina e do Caribe, promovido pela REDLAD e pelo projeto PASCA, que permite potencializar os exercícios de participação e incidência de seus membros em diversos cenários, como a Assembleia Geral da OEA e a Cúpula das Américas.

dado seu trabalho ativo na região, assim como dos coordenadores dos Centros Nacionais Anticorrupção.^{6/}

Os participantes identificaram temas de interesse comum, problemáticas e desafios relativos à cidadania das Américas. Este relatório apresenta um resumo desses temas nas dimensões político-institucional, direitos humanos e liberdades, social, econômica, de saúde, ambiental e digital.

Assuntos Político-Institucionais

Na área político-institucional, a sociedade civil e os atores sociais das Américas destacaram que a implementação de uma agenda anticorrupção representa uma alta prioridade hemisférica nesta área, em consonância com os mandatos do Compromisso de Lima. Neste sentido, sublinhou-se a necessidade de que os governos respeitem e garantam a independência dos organismos autônomos encarregados de auditar a transparência e prestação de contas, além de garantir a separação de poderes. Destacou-se que a participação cidadã é crucial no controle e monitoramento das ações do Estado, principalmente num contexto de pandemia, onde as oportunidades de corrupção aumentaram.

Adicionalmente, enfatizou-se a imperiosidade da formulação de políticas públicas inclusivas em termos de gênero e direitos humanos, com um enfoque interseccional. As políticas públicas devem ser desenvolvidas de maneira não discriminatória e levando em conta as brechas e desigualdades existentes, a fim de incluir as populações em situação de maior vulnerabilidade do tecido social.

No âmbito do vigésimo aniversário da adoção da Carta Democrática Interamericana e com o objetivo de fortalecer o sistema democrático e o Estado de direito, a sociedade civil e os atores sociais sublinharam a necessidade de implementar políticas que promovam a cultura da paz, a participação cidadã e o fortalecimento institucional. Essas políticas reforçariam os mecanismos de governabilidade democrática, que foram menoscabados devido aos efeitos da pandemia de covid-19 nas Américas.

Direitos Humanos e Liberdades

Neste campo, fez-se referência à necessidade de garantir a proteção dos direitos humanos e das liberdades conquistados até o momento. Foram enfatizados os valores de humanidade, respeito à diversidade, solidariedade e participação cidadã como condições essenciais para obter um desenvolvimento sustentável.

Em primeiro lugar, destacou-se a preocupação com a violação dos direitos trabalhistas, exacerbada pela pandemia. Portanto, exigem-se mecanismos de proteção para trabalhadores em condições de informalidade e a geração de empregos dignos, especialmente durante o processo de reativação econômica.

Segundo, insistiu-se nos direitos de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, tais como as pessoas LGBTI, povos indígenas, pessoas com deficiência, pessoas idosas, populações migrantes e pessoas afrodescendentes, entre outros. Nesta linha, os governos da região devem implementar ações tendentes a erradicar todas as formas de violência, exclusão, discriminação e falta de oportunidades às

6. Os Centros Nacionais Anticorrupção são um mecanismo estabelecido pela Secretaria de Cúpulas que busca destacar o trabalho realizado pela sociedade civil e atores sociais das Américas em matéria de prevenção e combate à corrupção, contribuindo para o cumprimento dos mandatos da VIII Cúpula. Mais informações: <http://www.summit-americas.org/nodosanticorruccion.htm>.

quais estão expostos tais grupos, assim como garantir sua participação na formulação de políticas públicas.

Por último, destacou-se que as agendas de recuperação pós-pandemia deveriam garantir e priorizar a segurança alimentar e o acesso à água potável para toda a população.

Assuntos Sociais

No plano social, destacou-se a importância da formulação de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para crianças e adolescentes, com o objetivo de reduzir as brechas existentes e impactar positivamente as populações mais vulneráveis.

Numa linha similar, enfatizou-se a necessidade de criar programas para o desenvolvimento integral da juventude que estejam focados em diminuir as taxas de desemprego juvenil e desincentivar a participação em quadrilhas ou na criminalidade organizada, principalmente em comunidades vulneráveis.

Por último, destacou-se que houve um aumento da violência contra as mulheres no lar e no espaço de trabalho em consequência da pandemia de covid-19. Por tal motivo, exige-se o desenvolvimento de políticas públicas que garantam uma proteção efetiva e integral contra todas as formas de violência, de maneira holística e interseccional. Por exemplo, proporcionando acompanhamento psicossocial e legal às vítimas, gerando estatísticas e campanhas de sensibilização sobre este flagelo.

Aspectos Econômicos

Na área econômica, a reativação econômica pós-pandemia foi o tema central na discussão. Expressou-se que as estratégias de reativação devem ser sustentáveis, inclusivas e equitativas, incorporando uma perspectiva interseccional.

Em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacou-se a urgência de criar empregos, especialmente considerando os altos níveis de desemprego na região, em resultado da crise socioeconômica derivada da pandemia⁷. Neste sentido, destacou-se o apoio ao empreendimento, à inovação e às MPE como pilares fundamentais para criar maiores fontes de emprego.

Por último, enfatizou-se a necessidade de potencializar e estabelecer alianças entre os governos, setor privado, sociedade civil e instituições multilaterais como um mecanismo de recuperação pós-covid-19. Destacou-se que a cooperação deve estar concentrada em fomentar o desenvolvimento econômico e reativar a economia, assim como potencializar uma economia digital.

Aspectos de saúde

Destacou-se que o fortalecimento dos sistemas de saúde nas Américas é imprescindível, particularmente no atual contexto de pandemia. Deste modo, defendeu-se assegurar que a saúde das

7. De acordo com o relatório anual Panorama Laboral 2020 da OIT, a taxa de desocupação na América Latina e no Caribe em 2020 foi de 10,6%, o que implicou que o número de pessoas que buscaram emprego e não conseguiram foi de 30,1 milhões. Além disso, a organização alertou que a taxa poderia subir para 11,2% em 2021. Para saber mais sobre esse relatório: <https://www.ilo.org/informeannual2020>

pessoas não seja comprometida em futuras crises, impactando especialmente as populações em situação de maior vulnerabilidade.

O enfoque principal do intercâmbio esteve dirigido a formular políticas públicas que garantam o acesso oportuno, gratuito e de qualidade aos serviços de saúde para toda a população, com especial atenção a mitigar os efeitos negativos da pandemia de covid-19 e com um enfoque de gênero, inclusão, interculturalidade e interseccionalidade.

Por outro lado, fez-se um apelo no sentido de garantir condições de trabalho justas e estáveis para o pessoal de saúde mediante a dotação de equipamentos de proteção pessoal (EPP) nos centros médicos e o melhoramento das instalações físicas. Outra ação proposta consiste em reorientar estrategicamente o orçamento público para seu uso efetivo. Por exemplo, recomenda-se o desenvolvimento de sistemas de dados abertos onde a cidadania possa acessar esses orçamentos e seu manejo.

Por último, enfatizou-se a importância de garantir um acesso efetivo, gratuito e equitativo às vacinas contra a covid-19 para obter a imunidade de toda a população das Américas e assegurar a transparência de sua compra e distribuição.

Aspectos ambientais

No âmbito ambiental, a sociedade civil e os atores sociais enfatizaram que as políticas de sustentabilidade ambiental devem priorizar o fortalecimento de mecanismos de governança ambiental que garantam a participação cidadã, o acesso à informação e o acesso à justiça ambiental, bem como a preservação e a proteção do meio ambiente. Melhorar e expandir processos participativos, incluindo as comunidades locais e as populações vulneráveis no desenvolvimento e implementação de programas locais para mitigar os efeitos da mudança climática, permitirá trazer ao primeiro plano a experiência e conhecimento destes grupos.

Afirmou-se que a reativação econômica deve ter um enfoque sustentável, para uma economia verde, motivando o setor privado a desenvolver produtos e serviços nesta linha. Do mesmo modo, a sociedade civil e os atores sociais fizeram um apelo aos governos do hemisfério para que deem seguimento à agenda climática, por exemplo, comprometendo-se com a ratificação do Acordo de Escazú⁸ e o cumprimento dos ODS.

Por último, considerou-se prioritária a transição para energias renováveis para reduzir a pegada ecológica e descarbonizar as economias.

Digitalização nas Américas

A incorporação de novas tecnologias nos diversos âmbitos mencionados anteriormente foi um tema recorrente nas discussões. No âmbito político-institucional, a sociedade civil defende a implementação de matrizes de governo aberto que garantam o acesso à informação pública, de maneira clara e veraz, permitindo um mecanismo de inspeção social efetivo.

8. Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú): https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43595/1/S1800429_es.pdf

No plano social e educativo, a pandemia de covid-19 ressaltou a importância de adequar os sistemas de educação para garantir a alfabetização digital, conjugando metodologias da educação tradicional e virtual. Para passar a essa modalidade, é necessária a dotação de meios e conectividade, com o objetivo de diminuir a exclusão digital existente. Nesta linha, discutiu-se a imperiosidade de garantir à população o acesso à internet.

Por último, o processo de digitalização deve incluir o desenvolvimento e adoção de políticas de cibersegurança que garantam a proteção de dados pessoais da população e âmbitos reguladores que fomentem uma internet segura, com especial atenção à proteção de crianças e adolescentes.

Conclusão

As prioridades dos governos, representantes da sociedade civil e atores sociais tiveram um nível significativo de concordância. Entre as prioridades que encontraram eco comum face à próxima Cúpula, incluem-se a reativação econômica inclusiva e sustentável, o fortalecimento dos sistemas de saúde, o reforço das instituições democráticas e o avanço da agenda anticorrupção.

Os representantes governamentais receberam as contribuições da sociedade civil e dos atores sociais e reconheceram que muitas das problemáticas discutidas são também motivo de preocupação para os Estados. Além disso, foi uma ocasião para que os governos nacionais compartilhassem os resultados de seus esforços em diversas temáticas abordadas nos diálogos e ressaltassem a importância de continuar contando com espaços de diálogo e articulação com a sociedade civil e os atores sociais rumo à Nona Cúpula.

Os diálogos nacionais alcançaram um intercâmbio franco e direto entre ambos os atores, o que deve contribuir para a construção de uma agenda hemisférica à luz da realidade vivida pela cidadania das Américas.